

Dos desafios à cidadania europeia e do “défice democrático” da União: algumas considerações

Pedro Ponte e Sousa

Pedro Ponte e Sousa
MA student in History, International Relations
and Cooperation
Faculty of Arts, University of Porto
pedrosousa_pps@hotmail.com

RESUMO:

Atendendo à centralidade do debate europeu no momento presente, pretende-se, com este trabalho, contribuir para a compreensão da Europa e da sua instituição política emblemática, a União Europeia (UE). Fazendo uso tanto de uma abordagem teórica, conceptual, como empírica, e com uma forte multidisciplinidade (entre Ciência Política, Relações Internacionais, Estudos Europeus, História, Sociologia), procurámos trazer uma visão renovada do que é o pensamento, a cultura europeia, quando aplicada a um processo de integração política e económica, e do qual os cidadãos se lamentam frequentemente, quanto à fraca legitimidade democrática (e a decorrente *accountability*), a um funcionamento pouco claro, muito distante e inacessível ao homem comum. Ou seja, definir e compreender a Europa, os problemas que tem enfrentado e as soluções que tem encontrado, contribui-se aqui

O que é a Europa? E a União Europeia? Que valores e ideias promove? Como é que funciona? Porque é que existe? Há efetivamente paz no continente europeu? Como funcionam as “instituições europeias”? São democráticas? Os cidadãos conhecem esta estrutura? Existe uma cidadania ou uma cultura europeia? O que quer isso dizer? O que é que temos de “comum”? A Europa está hoje no centro de todos os debates essenciais – sobre a economia, a política, a sociedade, fronteiras, nacionalismos, globalizações, mas também o papel deste conjunto de estados no mundo de hoje. Assim, neste artigo, procuraremos perceber o que é a Europa, tentar vislumbrar se existe efetivamente uma cidadania europeia, que relações entre Portugal e “a Europa”, em particular com o processo de construção europeia, e perspetivar algumas linhas pelas quais se possa traçar o futuro da Europa. Faremos tudo isto olhando particularmente para o processo de integração europeia, tanto para a sua história como para os desafios mais recentes que se lhe atravessam, e que preocupações deverão ser centrais para que o processo não se perca, numa Europa voltada para os cidadãos que seja mais próxima, acessível, transparente e, sobretudo, compreendida.

A Europa pode ser olhada sob várias perspetivas, definida de várias formas: a do «continente com fronteiras mais ou menos indefinidas»; a da «associação de Estados que partilham os mesmos interesses ou ideais desde a Segunda Guerra Mundial»; a do «conjunto de instituições reguladoras no âmbito das trocas económicas; e ainda, no campo das ideias, como «um mito recorrente e ativo no inconsciente coletivo dos povos que viveram conflitos seculares», «herança cristã medieval», ou «ideia-força contemporânea mobilizadora e geradora de projetos coletivos» (Ribeiro, 2003, p. 10). Assim, definir e compreender a Europa é algo impregnado de uma dificuldade de séculos, atendendo às profundas clivagens e oposições decorrentes da geografia (Lacoste, 2007)¹, história e línguas (Victor, 2007)², bem como das diferentes experiências políticas, sociais, económicas e culturais ao longo dos tempos, com ritmos e especificidades muito singulares. Falamos de uma Europa, portanto, que apesar de marcada de forma indelével pelo processo de integração, o fenómeno mais significativo nesse continente no último meio século, não se terá mobilizado apenas por motivos meramente económicos, mas numa “Europa das ideias”, onde a “ideia de Europa”, desde o mundo clássico até à época contemporânea, irrompeu através de culturas, ideias, contradições, ambiguidades, unidades e fragmentações, num continente sempre dividido entre a crise e a decadência, e o concerto, a conciliação e os compromissos³.

A cada momento em que se notam mais problemas como: «os estados falham em lidar efetivamente com problemas sociais críticos (como a pobreza, discriminação, corrupção, e má gestão ambiental), o fracasso dos estados em lidar com problemas que transcendem as fronteiras nacionais, e – mais seriamente – a frequência com que os estados partem para a guerra uns com os outros» (McCormick, 2004, p. 11)⁴; mais força e credibilidade ganha a União Europeia. É, todavia, bem verdade que, na sequência dos dois conflitos mundiais originados na Europa (e ao mesmo tempo que, no plano internacional, emerge a perceção de uma efetiva perda de poder no Sistema Internacional de tais estados), e no contexto de um processo de reconstrução que tentava recuperar uma Europa devastada, encaminha-se a necessidade de uma cooperação real no pós-conflito – ainda mais forçosa com o Plano Marshall. De facto, pequenos pontos de cooperação internacional mostraram que era possível o entendimento entre atores e interesses nacionais – e daí, normalmente motivada por razões económicas, e, praticando um federalismo “passo-a-passo”, surgiram organizações como a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, a Comunidade Económica Europeia, aprofundando-se para uma União Económica e Monetária, um Mercado Comum, uma moeda comum, e uma integração regional e social a par de aproximações no sentido de uma união política, ao mesmo tempo que se sucedem os alargamentos, a norte, sul e este. Mas se este fenómeno supranacional apresenta como grandes prioridades o estabelecimento de políticas económicas, regionais, sociais e ambientais comuns ou coordenadas, a par da construção efetiva de uma política externa e de segurança comum, a representação definitiva dos interesses dos europeus continua a ser um fenómeno preocupante. Os assuntos europeus parecem não conseguir atrair atenção pública que se coadune com a importância dos problemas tratados, sendo que a maioria dos europeus tem dificuldades em compreender como funciona a União Europeia e se interessa mais pela política ao nível nacional – o que é patente na mais baixa participação dos europeus nas eleições europeias (McCormick, 2004). Assim, olhando para as eleições europeias, os partidos políticos, os grupos de interesse, entre outros, procuraremos perceber a emergência de uma identidade europeia, e se uma cidadania europeia, a existir, «é muito mais uma construção superficial da Comissão do que uma política ou relação legal importante entre os europeus e a União Europeia».

Depois desta curta introdução onde se apresentaram os temas que procuraremos discutir, este artigo dividir-se-á nas seguintes partes: “Da cidadania europeia: fronteiras, alargamentos, democracia(s), legitimidade(s)”; “Portugal e a construção

para a compreensão do problema da cidadania europeia (ou até se há uma “democracia europeia”), com implicações significativas para a análise do processo de integração europeu. Particularmente importante no momento presente é compreender a relação desse órgão supranacional com os estados, num contexto de grande expansão dos partidos nacionalistas, anti-UE (eurocépticos) ou anti-sistema. Atenderemos também ao caso português, para compreendermos melhor essa relação e como ela é sentida pelos cidadãos. Esta discussão que aqui fazemos poderá ser considerada como uma mistura entre revisão crítica e texto ensaístico, em particular quanto às conclusões e sugestões para uma Europa mais democrática, próxima do cidadão e centrada na promoção da participação, na inclusão (social e política), e na igualdade.

PALAVRAS-CHAVE:

Europa; democracia; cidadania europeia; integração europeia; cultura europeia

européia: pistas para a compreensão da relação com a Europa”; “Noção de democracia e os efeitos práticos da integração europeia: participação ou indiferença?”; por fim, uma última secção onde procuraremos traçar algumas conclusões da exposição aqui apresentada.

Da cidadania europeia: fronteiras, alargamentos, democracia(s), legitimidade(s)

Se as identidades nacionais são ainda a referência para a grande parte dos europeus, como se pode criar uma cidadania pós-nacional? O que significam os direitos supranacionais, teremos direitos cívicos cada vez mais garantidos por outras organizações que não o Estado-nação? Até que ponto promove esta organização a democracia nos seus estados-membros? Existe um “défice democrático” ou falta de legitimidade das organizações?

O mundo contemporâneo é marcado pela emergência de «um novo tipo de cidadania, na qual conceitos como nacionalidade, identidade política e identidade nacional se confrontam, e por vezes conflituam, de forma criadora» (Sande, 2003, p. 13). Ao mesmo tempo, etnicidade, identidade e globalização parecem gerar choques difíceis de compreender na cena internacional. Mas serão os alargamentos uma ameaça e promotores da desconfiança, ou da solidariedade e da coesão? A cidadania europeia, formalmente consagrada desde o Tratado de Maastricht, decorre da cidadania nacional dos europeus num dos países que optaram livremente pela adesão à União (Brague, 2007). Ainda assim, se são os hábitos, os valores e os comportamentos que constroem a realidade democrática e legal, a liberdade, a dignidade moral, uma sociedade construída e organizada para o bem-estar do indivíduo, direito à integridade física e iguais oportunidades são princípios que, como expõe o autor «estão bem enraizados no património cultural europeu, desde os escritos bíblicos, filosofia clássica, ou lei do Império Romano» (Brague, 2007, p. 17)⁵. Desta forma, poderemos salientar mais a Europa como uma entidade cultural do que política, permeável aos indivíduos que dela pretendam fazer parte, desde que subscrevam tais princípios.

A globalização é hoje um conceito chave que invadiu todo e qualquer discurso sobre o presente. Alguns autores abordaram especificamente a forma como o medo deste fenómeno tem reaproximado as pessoas da vontade em preservar as fronteiras dos estados. Medo, pois existe uma preocupação crescente de que esse fenómeno esteja num movimento sem qualquer tipo de controlo e, mais ainda,

totalmente imprevisível (Rémond e Zourabichvili, 2007, p. 53)⁶, ao mesmo tempo que se percebe o alargamento da União como sendo feito de forma apressada e pouco gradual. Assim, e como os processos de globalização e de integração europeia se sobrepuseram no tempo, é particularmente complicado perceber que efeitos decorrem de um ou de outro (Michaelet, 2004).

Mas será que os princípios centrais do processo de integração europeia, como a democracia representativa, o estado de direito, o respeito a princípios de justiça social e direitos fundamentais (Sande, 2003) levam, obrigatoriamente e em consequência, a uma cidadania europeia? Será suficiente? De facto, elementos como um hino, uma bandeira ou um dia da Europa, e os demais esforços simbólicos não conseguem «competir com os meios de socialização cívica de que o Estado moderno dispunha e continua a dispor – como a educação, a tradição oral e escrita, os mitos, os heróis e as datas históricas» (Sande, 2003, pp. 22-3). Se a cidadania, para além de um conjunto de deveres e direitos se entende também como espaço público de debate e participação⁷, mais do que um conjunto de leis terão de ser os valores partilhados a criar tal Europa unificada – mas que o conceito de cidadania europeia, não acarretando ainda deveres mas apenas direitos, se inscreve meramente no âmbito de um acréscimo de liberdade – liberdades de circulação, direitos políticos, entre outros. Podendo ainda tais direitos ser vistos como escassos ou insuficientes, esses continuam, de certa forma, a ser intermediados pelos estados, para além de que a falta de efetivos deveres de cidadania poderá reduzir o sentimento de pertença a tal entidade política, bem como uma verdadeira participação. Mas não se esqueçam as pressões supranacionais e das regiões que muito têm também fragilizado as perceções tradicionais de cidadania nacional.

Para além destas questões, salientem-se ainda outros problemas da integração europeia diretamente ligados com a questão da construção de tal cidadania. Posições como um “federalismo abstrato”, de intenções proclamadas de aprofundamento da integração política na UE, mas, na prática, restringir as suas competências, nomeadamente nas áreas de solidariedade, coesão económica e social, e apoios às regiões menos desenvolvidas (Figueira, 2003). O caso português é particularmente interessante, apelando-se sempre que possível (na opinião pública e publicada) à solução federalista para o futuro da UE⁸, evitando “diretórios”⁹, ao mesmo em que tal União «que hoje emite moeda própria é simultaneamente desprovida de legitimidade bastante para praticar um verdadeiro federalismo fiscal», bem como parece tender «a abandonar a clássica “prioridade da política interna” e a agir

prioritariamente na frente externa e no domínio da segurança» (Figueira, 2003, p. 54). Perceber se os critérios para a adesão à UE (critérios de Copenhaga) são os mais adequados e se existe, efetivamente, uma espécie de democracia europeia (composta pelos direitos políticos, o Estado de direito, a democracia eleitoral, o controle democrático das instituições, a democracia económica e a democracia social – sendo a liberdade e igualdade política e jurídica dos seus cidadãos, a par de procurar minorar as desigualdades sociais, a base de tal sistema europeu) (Cruz, 2003); bem como perceber formas institucionais de reduzir o chamado “défice democrático” da União Europeia, quer através da alteração do sistema parlamentar europeu (Fraga, 2003), ou da reforma da Comissão (Romano, 2003), são estratégias tendentes a procurar uma maior legitimidade das instituições comunitárias e que têm vindo a ser discutidas e, ocasionalmente, implementadas ao longo dos anos. Note-se, por fim, que o problema de défice democrático da União Europeia é sobretudo tido em conta quanto à dificuldade de separação entre poderes legislativo e executivo, (falta de) responsabilidade do executivo perante o parlamento, parlamento que não exerce função de “fórum público”; complexidade do processo de decisão comunitário, difícil controlo pelos parlamentos nacionais; e ainda a necessidade de uma relação mais evidente e manifesta entre os resultados das eleições para o Parlamento Europeu e o essencial da direção política da Europa (Romano, 2003, pp. 145-6).

Mas, numa Europa cuja «história [é] marcada pelos particularismos, pelos conflitos, pelos inúmeros obstáculos na vida da unificação», e com todas as diferenças que já salientámos acima, será «óbvio que a Europa deve alimentar-se da força das suas diferenças, fontes de confronto que podem e devem ser (re)construídas, pois são elementos de criatividade, de dinâmica, de solidariedade crescente – económica, política e cultural» (Ribeiro, 2003, p. 79)? As diferenças no pensamento ético, e as suas origens nas tradições católica, calvinista e luterana criam especificidades muito interessantes nos modelos sociais europeus, essenciais para perceber o pensamento político contemporâneo¹⁰. Outros autores, todavia, centram-se na história das guerras (nomeadamente, a Guerra dos Trinta Anos, 1618-48)¹¹, e no comércio de longa distância e expansão colonial, bem como na visão pacífica da Europa (a ideia de uma Europa unificada e pacífica), capitalismo, constitucionalismo e liberalismo como formadores tanto de uma realidade histórica de certa forma comum (como os acontecimentos e processos que decorreram, e criaram, a Europa) mas também como um projeto, uma ideia (Kroch, 2006)¹². Assim, guerra e prosperidade, a par do comércio, criaram laços de todo o tipo, e foram traçando uma história (minimamente) comum que foi unindo os países europeus. Todavia,

«a afirmação de que, no âmbito de sistemas supranacionais ou federais, será respeitada a identidade nacional não impressiona. Por uniformizante que seja o dispositivo jurídico europeu, não pode eliminar-se a singularidade da cultura, da língua e dos feitos históricos nacionais. Mas (...) pode pôr em causa (...) a identidade dos próprios Estados (...). Não é de objetar à prossecução do processo de integração, mas na condição de não ser transposto o limiar da estrutura federal, que implicaria o apagamento dos estados» (Cunha, 2004, p. 78). E até que ponto poderemos dizer que determinadas políticas implicaram, efetivamente, um certo apagamento de tal poder do estado (e sua transferência para um órgão supranacional)? Decerto que a criação da moeda única seria a primeira das funções-chave que nos afluiriam ao pensamento.

Olhando agora não tanto para o processo normativo mas mais para uma integração simbólica, desde o lançamento da moeda europeia que esta emerge como o símbolo da unidade da Europa, mais do que a bandeira, o hino, o lema ou o dia que a União escolheu para se celebrar o processo de integração. Desta forma, poderá o Euro contribuir para o adensar do sentimento de pertença a um espaço comum, ao mesmo nível dos restantes símbolos da União? Poderá, efetivamente, tomar-se esta (moeda) como uma forma complexa e tecnocrática de aprofundamento da integração, que manteve certa diversidade (atendendo ao número de estados que preferiu manter as suas moedas nacionais), não parece claro que o Euro seja essencial para o adensar do sentimento europeu, em termos políticos, sociais e culturais, com uma contribuição que só poderá ser modesta para a formação dessa identidade (Silveirinha, 2006; Fornäs, 2006)¹³. Interessamos mais a proposta de que «o mero enquadramento da União Monetária como um domínio técnico da economia é uma forma de silenciar o debate sobre a União» e «a elevada complexidade funcional das sociedades, de que é exemplo a própria UE, não deve no entanto impedir os requisitos de democraticidade e de formação cívica dos cidadãos», pelo que «a *europeanização* [se tem tornado] um processo fraco e não uma genuína interiorização dos valores» (Silveirinha, 2006, p. 44)¹⁴. Assim, com fracos esforços de comunicação pública na construção da Europa, uma integração feita «por projetos “negativos”, isto é, procurar evitar a guerra e a hegemonia económica de outros», e liderada pelos governos dos estados de forma pouco transparente e acessível à participação dos cidadãos, enquanto «permeável à influência de uma elite tecnocrática» (Silveirinha, 2006, p. 35), esta Europa aparecerá como distante, sobre a qual os cidadãos não podem exercer qualquer tipo de influência, e onde o “unidos pela diversidade” pouco lhes diz.

Com efeito, «os símbolos, só por si, estão longe de ser suficientes» «para uma identidade europeia comum, baseada na sociedade civil, de um tipo necessário para suportar os aspetos políticos, económicos e institucionais da UE. Esse projeto de identidade coletiva está apenas a emergir lentamente – talvez demasiado lentamente – criando tensões difíceis nas relações entre os cidadãos e o poder político» (Fornäs, 2006, pp. 54-55).

Portugal e a construção europeia: pistas para a compreensão da relação com a Europa

Portugal é um dos países que chega de forma tardia ao processo de integração europeia. É apenas no processo de transição que se dá uma aproximação inequívoca ao europeísmo, enquanto antes tais acessos eram meramente pontuais, de puro interesse próprio e sem nunca danificar permanentemente a soberania do país (Pinto e Teixeira, 2005; Vicente, 2013). Assim, as opiniões variam quanto ao papel da CEE na consolidação da democracia em Portugal, tanto no que toca ao apoio económico para a modernização do país, quer como sendo objetivo disponível para o estabelecimento de uma nova orientação doméstica no momento imediatamente posterior a um processo revolucionário (Pinto e Teixeira, 2005), mas ainda para normalizar as relações com os seus vizinhos europeus. O país desenvolveu-se, ocorreram mudanças sociais profundíssimas, e a adesão ao processo de integração foi secundado por quase todos os partidos da cena política (Pridham, 2005), não sendo recorrentes quaisquer tipo de discursos identitários contrários a esta – provavelmente, também segundo os mesmos autores, por falta de informação e clareza de opinião sobre o tema, mesmo no que teria que ver com o futuro económico do país (vantagens ou desvantagens) (Tovias, 2005). Os mesmos expõem dados que salientam, em meados dos anos 90, o forte europeísmo e fraco orgulho nacional entre as classes médias urbanas, e o inverso nas classes baixas rurais e pouco instruídas, ao mesmo tempo que mais de dois terços dos portugueses consideravam a adesão à CEE como uma realidade boa, desde meados da década de 80 – portanto, sem que o fim do império colonial ou a inserção internacional no espaço europeu os tivesse feito passar por «sérios problemas de identidade» (Pinto e Teixeira, 2005, p. 43)¹⁵. Mesmo daí em diante, a situação não se alterou significativamente, melhorando até com a performance económica positiva que se lhe seguiu (Magone, 2005). Ainda assim, a maioria dos portugueses possui um conhecimento muito reduzido do funcionamento das instituições europeias – o que pode ser comprovado num estudo de opinião conduzido no fim do passado

mês de fevereiro, e onde, por exemplo, quase 60% dos inquiridos não conhecem o nome de nenhum eurodeputado português¹⁶. Terá ocorrido então uma efetiva europeização da Europa do Sul? Ela foi percebida pelos cidadãos (Morlino, 2005)?

Assim interessa perceber em que consistiria tal europeização, em particular se resultou numa homogeneização das identidades nacionais. Tentaremos passar a ligeireza de afirmações como: «no dealbar do novo milénio não seria exagerado dizer que os espanhóis e os portugueses estão em vias de se tornarem “europeus comuns” e que muitas das diferenças culturais que separavam esses dois países dos seus congéneres europeus se atenuaram como consequência do processo de globalização» (Royo e Manuel, 2005, p. 30), buscando compreender, em particular no caso português, porque é que alegada homogeneização não levou a um maior interesse pela vida política, económica e social europeia. Estes mesmos autores, analisando dados estatísticos recolhidos no fim do milénio passado, percebem que «os cidadãos ibéricos têm um conceito muito utilitário da União Europeia, isto é, avaliam as consequências da adesão em áreas como o custo de vida, as infraestruturas, as oportunidades de emprego, os salários, etc., e em função dessa análise custos-benefícios adotam uma posição», decorrente dos benefícios concretos percebidos, sendo que portugueses e espanhóis atribuem ainda, comparando com as estatísticas europeias, maior importância à necessidade de uma Europa social em vez de uma Europa económica da burocracia e das elites (Royo e Manuel, 2005, p. 44). Apesar de corroborar, através da análise estatística das atitudes dos portugueses, Marina Costa Lobo salienta a coincidência de posições entre o eleitorado e os partidos em que este vota (tornando-os como mediadores da opinião dos portugueses quanto à integração), embora constata um substancial decréscimo da intenção de voto, bem como uma menor importância dos partidos em termos sociais (Lobo, 2005). Ao invés da perspectiva de muitos autores, para Luís Salgado de Matos a União continua a ser o ponto de encontro de vários Estados-nação, atendendo ainda mais a que «o seu elemento federal é fraco; não tem um presidente ou um executivo eleitos por voto direto; o Parlamento é eleito diretamente, mas tem poucos poderes (embora crescentes) e não atrai a atenção nem o respeito do cidadão; o orçamento da UE é menos de 1,27 do PNB da UE15» (Matos, 2005, p. 110). Assim, um estado-nação forte e estável é condição para uma presença efetiva neste processo, o mesmo referindo-se à elite e ao desenvolvimento económico¹⁷. Por muito que alguns insistam em afirmar que «quando os governos nacionais evitam tomar medidas impopulares por temerem perder as eleições seguintes, o populismo e o nacionalismo interagem de modo perverso [e]

dissipa-se o bem comum» (Macedo, 2005, p. 235), o enorme desenvolvimento do estado-providência decorrente do processo de integração transformou radicalmente as estruturas sociais nacionais (Guillén, Álvarez e Silva, 2005), e os benefícios e êxitos do país (bem como dos restantes que aderiram) tanto a nível económico, como político (reaproximação aos parceiros europeus, normalização das suas relações externas) e social foram notórios e significativos – pelo que «para os países ibéricos e para os novos Estados membros da Europa central e de Leste, a UE simboliza modernização e democracia» (Royo, 2005, p. 410).

Noção de democracia e os efeitos práticos da integração europeia: participação ou indiferença?

Provavelmente, mais do que as questões de cidadania europeia, de integração ou de construção de uma Europa supranacional, há questões relevantes acerca do próprio fundamento das democracias que interessava responder. Conceito com séculos de história, e tão verbalizado hoje como mal compreendido, poderá referir-se a «criar Estados somente como comunidades de cidadãos onde a administração e as políticas eram o direito e o dever desses cidadãos» (Ehrenberg, 1950, p. 515)¹⁸, ao mesmo tempo que se a entende «com efeito, [como] um produto instável: é o predomínio (temporário) (...) de instâncias igualitárias, mais ou menos coroadas de um sucesso duradouro» (Canfora, 2007, p. 297). Se cada vez mais temos dificuldade em encontrar uma “vontade geral”, uma noção de povo ou um “bem comum”, e os indivíduos parecem cada vez mais movidos exclusivamente pelo autointeresse quando (ainda) se interessam em participar na tomada de decisões da comunidade, exige-se que indaguemos o porquê de tanta desconsideração e até escassa legitimidade das democracias atualmente, nomeadamente no Ocidente. (Mouffe, 2006). Esta sim parece-nos uma preocupação pertinente de todos os governos, nomeadamente europeus, bem como o “governo da União”, já que qualquer alteração significativa «[n]o essencial da democracia (...) [ou seja, na] limitação tanto de poderes de governo como de atribuições políticas, (...) [quer] em nome de valores e de políticas de Esquerda ou de Direita (ou “acima” dessa divisão) tem por efeito a destruição dos ganhos políticos (...) de séculos de combates e de reflexões, o afastamento da cultura de tolerância que sustenta o civismo democrático e, conseqüentemente, o benefício (...) da democracia» (Leone, 2008, p. 84). E essa seria a pior catástrofe que poderia acontecer a uma Europa que se vê como guardiã «[d]os valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de Direito e do respeito pelos direitos do

Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres»¹⁹.

Como aqui procurámos mostrar, concorrem então, de forma entrelaçada, duas crises mas que muito têm que ver uma com a outra: a dos estados e a da União. Aliás, é de um tipo particular de crise dos estados (a decorrente do pós- 2ª Guerra Mundial) que surge esta organização internacional. Esta delegação de soberania «é o reconhecimento da incapacidade do Estado para realizar os fins que o fizeram nascer ou para responder ao fenómeno da interdependência, bem como a consciencialização de que sem cooperação não haveria paz nem recuperação» (Soares, 2005, p. 40). Mas, e embora grande parte da opinião pública europeia continue a concordar com esta hipótese, o espectro de uma regressão nos valores e na construção europeia começam a pairar, e emergem partidos de base demagógica, antissistema ou de extrema-direita por boa parte da Europa. Teremos como exemplos mais reconhecidos o UKIP (UK Independence Party), já tido como o terceiro partido do Reino Unido, e com um sucesso crescente no que toca ao anti-europeísmo ou ao cerrar das fronteiras à imigração, ou Marine Le Pen e a sua Frente Nacional, na França. Se só olharmos aos benefícios que os estados, individualmente, obtêm (ou obtiveram) da UE, que tipo de projeto comunitário europeu ou compromisso podemos esperar? «Existe, de facto, a necessidade indiscutível de associar os cidadãos ao projeto e de tornar a UE mais democrática e transparente. Aqui se insere a questão do reforço da legitimidade democrática do sistema. Não é só a soberania dos Estados que está em causa, é também a dos cidadãos, na medida em que o modelo de União vigente é claramente pouco democrático. É neste sentido que nos parece indispensável aprofundar a questão do défice democrático da UE» (Soares, 2005, p. 274). O Parlamento Europeu, note-se (olhando apenas para as dificuldades deste), não elegendo um governo, exercendo apenas algum controlo sobre a Comissão, e não tendo poderes de iniciativa legislativa, tem a sua responsabilidade e representação democrática ainda mais penalizada pelas taxas de participação nas eleições europeias, em queda desde 1979 até 2009²⁰, sem que possamos apontar para uma inversão sustentada de tal condição no curto prazo²¹. No caso português a abstenção aumenta, em apenas 30 anos, de 27,8% (1987) para 63,2 (2009)²². A maior transferência de responsabilidades para a arquitetura da União, que tenderia, obviamente, a aumentar o interesse dos cidadãos por esta, foi feita «a favor da instituição que assegura a representação dos Estados (Conselho), em detrimento dos órgãos parlamentares nacionais, sem

que o PE tivesse qualquer papel participativo na produção de legislação a nível europeu», a chamada «governamentalização das competências» (Soares, 2005, p. 279). As questões de falta de transparência, de textos e informação mais acessíveis tornam-se ainda mais prementes.

O desencontro que ainda se verifica entre os governos dos estados-membros e a opinião pública europeia – ou, pelo menos, entre essa opinião e o que se pretenderia alcançar com o processo de integração (Delpeuch, 2004), pode ser notado particularmente numa visão centrada na nação no próprio ensino (com as dificuldades decorrentes de uma história escrita por um estado-nação, com memórias, contextos e perceções próprias e, muitas vezes, opostas) (Mink, 2004), nos partidos políticos desligados das questões que passem a mera esfera nacional (Portelli, 2004), «mas é sem dúvida ao mais alto nível dos governos, das diplomacias e dos chefes de Estado que a opinião pública europeia é a que é tomada menos em conta» (Delpeuch, 2004, p. 24). Podem ainda ser notados a falta de meios de comunicação social verdadeiramente europeus (Nobre-Correia, 2004), a fricção entre as reduções de desigualdades e solidariedade entre europeus (apelando à coesão social) *versus* a visão nacionalista de direitos e deveres (Wenden, 2004; Bontron, 2004), a constituição de “eixos”, “núcleos” ou “diretórios” (Gloannec, 2004; Phillippart, 2004), os (muito) diferentes procedimentos (e mesmo diferentes interesses dos vários estados) da União quanto à representação em organizações internacionais ou similares (Leray, 2004); a estratégia para o desenvolvimento mundial cada vez menos autónoma e, portanto, mais próxima das do FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio²³, ao mesmo tempo que se fecha cada vez mais sobre si própria, numa “fortaleza Europa” (Labayle, 2004); por fim, um federalismo que a construção europeia pretende que se expanda, embora o faça normalmente sob uma capa apolítica, tecnocrática, ao mesmo tempo em que se opera a tensão interna aos estados entre soberanismo ou comunitarismo (Defarges, 2004a), sem que tal discussão faça progressos significativos, e sem que os estados percebam (pelo menos, efetivamente) que perdem (ou até que entram em falência) tanto por cima (Europa) como por baixo (regiões) (Defarges, 2004b).

A partir do momento em que a Comunidade Económica Europeia se transforma de um mercado comum num corpo político, que se pretende alargar às questões da moeda, negócios estrangeiros, defesa, etc., é que aumenta exponencialmente a necessidade de promover a democracia, o estado de direito e a cidadania europeus. Curiosamente, as Convenções, «espaço de um tipo novo que associa parlamentares nacionais e europeus, representantes dos Estados e da Comissão,

tornando as suas decisões por consenso nas condições transparentes e largamente abertas perante a sociedade civil, (...) e [que] contribuíram para a emergência de um espaço público europeu» (Nestor, 2004, p. 130), e portanto de grande êxito, limitaram-se à elaboração de uma Carta dos Direitos Fundamentais da UE, bem como um Tratado Constitucional que nunca chegou a vigorar. Ao mesmo tempo, e como já fomos elaborando mais acima, a própria estrutura da União, pelo peso de cada um dos órgãos, assemelha-se pouco a um “governo pelo povo” ou uma democracia representativa. Ainda há que perceber a falta de debate sobre as questões europeias mesmo aquando de eleições Europeias, centrando-se o debate em questões nacionais. Assim, «a globalização constitui um desafio para o funcionamento das nossas democracias, esvaziando-se de uma parte do seu conteúdo o campo político nacional. Pretende-se que o projeto europeu seja, desde a sua origem, a reapropriação coletiva desse campo político, segundo fórmulas democráticas renovadas», assentes na cooperação para o reforço da democracia (Nestor, 2004, p. 132; Habermas, 2006; Giddens, 2007)²⁴.

Considerações finais

No texto que aqui apresentámos procurou-se, em suma, atender aos seguintes tópicos: numa parte mais introdutória procurámos apresentar os problemas normalmente associados ao processo de integração europeia, ao mesmo tempo que tentámos esclarecer em que consiste o conceito de ‘ideia de Europa’; seguiu-se o capítulo “Da cidadania europeia: fronteiras, alargamentos, democracia(s), legitimidade(s)”, onde procurámos compreender a cidadania num mundo contemporâneo marcado pela globalização, e, em particular, compreender as dinâmicas de particularismos entre as várias regiões europeias, em número claramente superior do que percebem aqueles que preferem salientar, por todos os meios, os elementos de ‘unidade europeia’; bem como discutir a possibilidade da existência de uma ‘democracia europeia’ e que características esta tomaria. Explorámos ainda os símbolos da União Europeia, em particular, numa abordagem relativamente menos comum, tratar aquele mais visível e presente no dia-a-dia dos seus cidadãos: o Euro. Ao mesmo tempo, já começámos a introduzir alguns elementos que nos permitiram compreender os argumentos pela existência de um ‘défice democrático’ na União. Em seguida, passámos para “Portugal e a construção europeia: pistas para a compreensão da relação com a Europa”, onde explorámos dados sobre a perceção dos portugueses do processo de adesão às Comunidades Europeias e dos seus frutos percebidos – onde expusemos que os portugueses procuraram,

diremos de forma um pouco simplista, levar a cabo uma análise custo-benefício relativamente à integração e aos ganhos daí decorrentes. As alterações nas estruturas sociais nacionais decorrentes do processo de integração foram significativas, muito embora os portugueses possuam níveis muito baixos de informação sobre o funcionamento das instituições europeias e não pareçam muito interessados pela vida política europeia. Seguiu-se “Noção de democracia e os efeitos práticos da integração europeia: participação ou indiferença?”, onde, depois de discutirmos o próprio conceito de democracia, particularmente no contexto europeu, explorámos dados sobre a participação nas eleições europeias e, sobretudo, o desencontro entre o que os cidadãos pretendem do processo de integração e a realidade deste mesmo processo, sobretudo buscando o reforço da legitimidade democrática de tal construção. Apesar da abrangência dos temas cobertos pelo nosso estudo, acreditamos que tal revisão num texto mais sintético, mas crítico e objetivo, foi pertinente e que produziu considerações relevantes, nomeadamente no que toca à identificação de um sentimento de pertença europeu, bem como a uma mais profunda compreensão das dificuldades na relação entre a União Europeia e os cidadãos dos estados que a compõem, ainda mais num contexto, como expusemos acima, de grandes dificuldades para o adensar da integração, em que partidos de cariz antissistema ou de extrema-direita emergem por todo o território europeu e ganham peso até no próprio seio das instituições comunitárias.

Referências bibliográficas

- BONTRON, Jean-Claude (2004), Que estratégia para a nova política de coesão?, in Mario DEHOVE (dir.) (2004), *O novo estado da Europa*, Lisboa: Campo da Comunicação, pp. 265-268.
- BRAGUE, Rémi (2007), Do We Need Borders?, in Rémi BRAGUE et al. (2007), *L'Europe, quelles frontières? = What borders for Europe?*, Paris: Culturesfrance.
- CANFORA, Luciano (2007), *A Democracia. História de uma Ideologia*, Lisboa: Edições 70.
- CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira, Antonio Moreno JUSTE (2005), A Espanha: no centro ou na periferia da Europa, in António Costa PINTO, Nuno Severiano TEIXEIRA (orgs.) (2005), *A Europa do Sul e a construção da União Europeia: 1945-2000*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 45-74.
- COSTA, Francisco Seixas da (2002). *Diplomacia Europeia. Instituições, alargamento e o futuro da União*. Lisboa: Dom Quixote.
- COUSSY, Jean (2004), A Europa e o desenvolvimento: o que resta de uma visão diferente da ordem mundial?, in Mario DEHOVE (dir.) (2004), *O novo estado da Europa*, Lisboa: Campo da Comunicação, pp. 229-230.

CRUZ, Bernardo Ivo (2003), Uma teoria da democracia europeia e os critérios políticos de Copenhaga, in António FIGUEIRA, António Costa PINTO, Paulo de Almeida SANDE (coords.) (2003), *A União Europeia revisitada*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 57-102.

CUNHA, Paulo de Pitta e (2003), *A Integração Europeia no Dobrar do Século*, Coimbra: Almedina.

CUNHA, Paulo de Pitta e (2004), *A Constituição Europeia: Um Olhar Crítico sobre o Projecto*, 2ª edição, Coimbra: Almedina.

DEFARGES, Philippe Moreau (2004a), As tensões entre utopia federal e apegos soberanistas estruturam os debates institucionais, in Mario DEHOVE (dir.) (2004), *O novo estado da Europa*, Lisboa: Campo da Comunicação, pp. 121-124.

DEFARGES, Philippe Moreau (2004b), União Europeia, Estados-Nações e entidades regionais: um jogo complexo, in Mario DEHOVE (dir.) (2004), *O novo estado da Europa*, Lisboa: Campo da Comunicação, pp. 125-128.

DELPEUCH, Jean-Luc (2004), A União Europeia, uma nação que se ignora, uma nação que é ignorada, in Mario DEHOVE (dir.) (2004), *O novo estado da Europa*, Lisboa: Campo da Comunicação, pp. 21-24.

EHRENBERG, Victor (1950), Origins of Democracy, *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 1, H. 4, p. 515. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/4434319> (consultado pela última vez a 03/03/2014).

FIGUEIRA, António (2003), O “federalismo abstracto” e a nova transformação da Europa, in António FIGUEIRA, António Costa PINTO, Paulo de Almeida SANDE (coords.) (2003), *A União Europeia revisitada*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 41-55.

FORNÄS, Johan (2006), Leituras do Euro, in Maria João SILVEIRINHA, Cristina PONTE (orgs.) (2006), *Moeda e Comunicação: A Representação mediática do Euro na Imprensa*, Lisboa: Livros Horizonte.

FRAGA, Ana (2003), Uma segunda câmara: uma segunda fuga em frente, in António FIGUEIRA, António Costa PINTO, Paulo de Almeida SANDE (coords.) (2003), *A União Europeia revisitada*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 103-39.

GIDDENS, Anthony (2007), *A Europa na Era Global*. Lisboa: Editorial Presença.

GLOANNEC, Anne-Marie Le (2004), A Europa a vinte e cinco ou os problemas da liderança, in Mario DEHOVE (dir.) (2004), *O novo estado da Europa*, Lisboa: Campo da Comunicação, pp. 117-120.

GREVI, Giovanni, Nicole GNESOTTO (dirs.) (2008), *O mundo em 2025: segundo os especialistas da União Europeia*, Lisboa: Bizâncio.

GUILLÉN, Ana M., Santiago ÁLVAREZ, Pedro Adão e SILVA (2005), O redesenhar dos Estados-providência espanhol e português, in Sebastián ROYO (org.) (2005), *Portugal, Espanha e a Integração Europeia. Um balanço*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 293-345.

HABERMAS, Jürgen (2006), *Um Ensaio sobre a Constituição da Europa*, Lisboa: Edições 70.

- HEIKKILÄ, Tuomas (2006), Europe takes Shape, in Tuomas HEIKKILÄ (2006), *Europe 2050: challenges of the future, heritage of the past*, Helsinki: Edita.
- HEN, Christian e Jacques LÉONARD (2002), *O essencial sobre a União Europeia*, Lisboa: Bizâncio.
- KROCH, Miroslav (2006), A Europe of Nations, in Tuomas HEIKKILÄ (2006), *Europe 2050: challenges of the future, heritage of the past*, Helsinki: Edita.
- LABAYLE, Henri (2004), A Europa e a imigração: a fortaleza impossível, in Mario DEHOVE (dir.) (2004), *O novo estado da Europa*, Lisboa: Campo da Comunicação, pp. 117-120.
- LACOSTE, Yves (2007), Geopolitics of European Borders, in Rémi BRAGUE et al. (2007), *L'Europe, quelles frontières? = What borders for Europe?*, Paris: Culturesfrance, pp. 20-34.
- LEONE, Carlos (2008), *O Essencial sobre Democracia*, Lisboa: INCM – Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- LERAY, René (2004), Uma representação internacional despedaçada, in Mario DEHOVE (dir.) (2004), *O novo estado da Europa*, Lisboa: Campo da Comunicação, pp. 221-224.
- LOBO, Marina Costa (2005), Atitudes dos portugueses perante a UE: perspectivas sociais e políticas, in Sebastián ROYO (org.) (2005), *Portugal, Espanha e a Integração Europeia. Um balanço*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 139-160.
- LOPES, J. Silva (2005), O papel do Estado no mercado de trabalho: o seu impacto sobre o emprego e os salários em Portugal em relação à Espanha, in Sebastián ROYO (org.) (2005), *Portugal, Espanha e a Integração Europeia. Um balanço*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 347-368.
- MACEDO, Jorge Braga de (2005), A integração europeia de Portugal, in Sebastián ROYO (org.) (2005), *Portugal, Espanha e a Integração Europeia. Um balanço*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, p. 235.
- MAGONE, José M. (2005), As atitudes dos cidadãos da Europa do Sul para com a integração europeia: antes e depois da adesão (1974-2000), in António Costa PINTO, Nuno Severiano TEIXEIRA (orgs.) (2005), *A Europa do Sul e a construção da União Europeia: 1945-2000*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 175-195.
- MATOS, Luís Salgado de (2005), Portugal e a Europa de Leste: depois da revolução, a Europa democrática, in Sebastián ROYO (org.) (2005), *Portugal, Espanha e a Integração Europeia. Um balanço*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- MCCORMICK, John (2004), *The European Union: Politics and Policies*, Third Edition. Colorado: Westview Press.
- MICHALET, Charles-Albert (2004), A União Europeia é um freio ou um acelerador da globalização?, in Mario DEHOVE (dir.) (2004), *O novo estado da Europa*, Lisboa: Campo da Comunicação, pp. 237-240.
- MINK, Georges (2004), Os passados dolorosos ou as dificuldades de serem vários a escrever a história europeia, in Mario DEHOVE (dir.) (2004), *O novo estado da Europa*, Lisboa: Campo da Comunicação, pp. 61-65.

MORLINO, Leonardo (2005), Conclusão: a europeização da Europa do Sul, in António Costa PINTO, Nuno Severiano TEIXEIRA (orgs.) (2005), *A Europa do Sul e a construção da União Europeia: 1945-2000*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 197-215.

MOUFFE, Chantal (2006), *Por um Modelo Agonístico de Democracia*, Viseu: Livraria Pretexto e Edições Pedagogo.

Jean NESTOR (2004), Como reforçar o carácter democrático da Europa política?, in Mario DEHOVE (dir.) (2004), *O novo estado da Europa*, Lisboa: Campo da Comunicação.

NOBRE-CORREIA, José Manuel (2004), Salvo excepção, a Europa não é uma prioridade para os media europeus, in Mario DEHOVE (dir.) (2004), *O novo estado da Europa*, Lisboa: Campo da Comunicação, pp. 57-60.

PHILLIPPART, Éric (2004), Cooperações reforçadas, núcleo duro... pode a União sobrepor vários níveis de integração?, in Mario DEHOVE (dir.) (2004), *O novo estado da Europa*, Lisboa: Campo da Comunicação, pp. 113-116.

PINTO, António Costa, Nuno Severiano TEIXEIRA (2005), Portugal e a integração europeia, 1945-1986, in António Costa PINTO, Nuno Severiano TEIXEIRA (orgs.) (2005), *A Europa do Sul e a construção da União Europeia: 1945-2000*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

PORTELLI, Hufues (2004), Os partidos políticos europeus aparecem como confederações de partidos nacionais, in Mario DEHOVE (dir.) (2004), *O novo estado da Europa*, Lisboa: Campo da Comunicação, pp. 93-96.

PRIDHAM, Geoffrey (2005), A integração europeia e a consolidação democrática na Europa do Sul, in António Costa PINTO, Nuno Severiano TEIXEIRA (orgs.) (2005), *A Europa do Sul e a construção da União Europeia: 1945-2000*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 155-173.

RÉMOND, René e Salomé ZOURABICHVILI (2007), The Question of Enlargement: Debate led by Pierre Lévy, in Rémi BRAGUE et al. (2007), *L'Europe, quelles frontières? = What borders for Europe?*, Paris: Culturesfrance.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (2003), *A ideia de Europa: uma perspectiva histórica*. Coimbra: Quarteto Editora.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares; A. Barbosa de MELO; Manuel Carlos Lopes PORTO (orgs.) (2003), *Portugal e a Construção Europeia*, Coimbra: Almedina.

ROMANO, Manuel (2003), A reforma da Comissão Europeia: uma estratégia de legitimação institucional?, in António FIGUEIRA, António Costa PINTO, Paulo de Almeida SANDE (coords.) (2003), *A União Europeia revisitada*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 141-168.

ROYO, Sebastián (2005), O alargamento de 2004, in Sebastián ROYO (org.) (2005), *Portugal, Espanha e a Integração Europeia. Um balanço*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

ROYO, Sebastián, Paul Christopher MANUEL (2005), Introdução, in Sebastián ROYO (org.) (2005), *Portugal, Espanha e a Integração Europeia. Um balanço*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

SANDE, Paulo de Almeida (2003), A cidadania europeia e as identidades nacionais, in António FIGUEIRA, António Costa PINTO, Paulo de Almeida SANDE (coords.) (2003), *A União Europeia revisitada*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

SIHVOLA, Juha (2006), Aristotle, the Stoics, and European Conceptions of Humanity, in Tuomas HEIKKILÄ (2006), *Europe 2050: challenges of the future, heritage of the past*, Helsinki: Edita, pp. 18-34.

SILVEIRINHA, Maria João (2006), Ninguém se apaixona por uma união monetária, in Maria João SILVEIRINHA, Cristina PONTE (orgs.) (2006), *Moeda e Comunicação: A Representação mediática do Euro na Imprensa*, Lisboa: Livros Horizonte.

SOARES, Andreia (2005), *União Europeia: que modelo político?*, Lisboa: ISCSP.

TOVIAS, Alfred (2005), As economias da Europa do Sul e a integração europeia, in António Costa PINTO, Nuno Severiano TEIXEIRA (orgs.) (2005), *A Europa do Sul e a construção da União Europeia: 1945-2000*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 137-153.

VICENTE, Paulo Carvalho (2013), “Integração europeia, federalismo e o lugar de Portugal (1960-2002)”. JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 4, N.º 1, Maio-Outubro 2013. Consultado [online] em 2014-01-11, http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol4_n1/pt/pt_vol4_n1_art3.pdf.

VICTOR, Jean-Christophe (2007), Is Europe a Mapmaker’s Illusion?, in Rémi BRAGUE et al. (2007), *L’Europe, quelles frontières? = What borders for Europe?*, Paris: Culturesfrance.

WENDEN, Catherine Wihtol de (2004), A cidadania europeia está em crise?, in Mario DEHOVE (dir.) (2004), *O novo estado da Europa*, Lisboa: Campo da Comunicação, pp. 49-52.

Outras fontes:

<http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/en/000cdcd9d4/Turnout-%281979-2009%29.html> (consultado pela última vez a 16/03/2014)

<http://www.ionline.pt/artigos/portugal/ipitagorica-quase-60-dos-inquiridos-nao-conhecem-nome-nenhum-eurodeputado-portugues> (consultado pela última vez a 15-03-2014)

http://www.ionline.pt/sites/default/files/sondagens_europa.pdf (consultado pela última vez a 15-03-2014)

<http://www.pordata.pt/Municipios/Taxa+de+abstencao+nas+eleicoes+para+o+Parlamento+Europeu-628> (consultado pela última vez a 16/03/2014)

<http://www.results-elections2014.eu/en/turnout.html> (consultado pela última vez a 16/07/2014)

Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que Institui a Comunidade Europeia [2007] OJ C306/12. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2007:306:FULL:PT:PDF> (consultado pela última vez a 16/03/2014)

-
- ¹ Geografia essa que pode ser ainda mais complexa de compreender do que pensamos normalmente, por, na história europeia, atendermos mais à da Europa Ocidental do que à daquele território que hoje vemos como sendo Europa. E, de forma ainda mais preocupante, «muitos dos valores são considerados positivamente de forma geral no mundo moderno porque representam os valores dos vencedores. Até ao nosso período, a Europa – e as suas imagens menores noutros continentes – tem sido o grande vencedor na história mundial. Assim, os valores europeus têm sido julgados por critérios europeus», autolegitimando-se, portanto, segundo o autor. Heikkilä (2006), p. 61.
- ² Em particular quanto a estas dimensões, são bem elucidativos (embora, de certa forma e como refere o próprio autor, demasiadamente simplistas) os mapas recolhidos e explicados aqui, no que toca a identificar, no concreto, o que significa um conceito como “Europa”.
- ³ Para um resumo da história da ideia de Europa, particularmente no século XIX, ver Hen e Léonard (2002), pp. 16-19.
- ⁴ Tradução nossa.
- ⁵ Tradução nossa.
- ⁶ Tradução nossa.
- ⁷ «Nessa nova civilidade, a cidadania é muito mais do que um estatuto a que se associam direitos e impõem deveres. Ela medra, fecunda, num “espaço público” de debate, participação e “legitimação clássica”». Sande (2003), p. 24.
- ⁸ Veja-se sobre isto a opinião de Paulo de Pitta e Cunha, pois segundo este autor, «embora tenha havido em Maastricht uma discussão acerca da inclusão no Tratado da União Europeia de uma referência ao objetivo federal, não parece que os Estados-membros tivessem perfeita consciência das implicações do passo que decidiram dar, o qual poderia colocar a Comunidade no limiar do Estado federal europeu», pelo avanço da política monetária («área fundamental situada no âmago da soberania nacional») enquanto uma união económica permanece inalterada. Cunha (2003), p. 17.
- ⁹ Releia-se sobre este tema o trabalho de Costa (2002), pp. 49-50: «o dia-a-dia demonstra que as grandes prioridades dos Estados membros mais poderosos tendem frequentemente a impor-se aos restantes e isso só não acontece mais pelo facto de, não raramente, se verificarem contradições bloqueantes entre esses mesmos Estados. A deriva para o directório, seria, assim, cada vez mais inevitável, e a introdução das votações por maioria qualificada, no quadro das novas «estratégias comuns» (...) tenderia ainda a agravar este cenário. Retomando um velho clássico, dir-se-ia que essa visão tende a considerar que a União funciona como o conselho de administração dos interesses comuns dos países dominantes na Europa».
- ¹⁰ Que, infelizmente, não temos espaço para desenvolver aqui, mas uma reflexão aprofundada sobre o assunto pode ser vista em Sihvola (2006), pp. 18-34.
- ¹¹ «Na realidade política, só a partir do primeiro conflito pan-europeu, chamado de Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), é que o nosso continente alcançou o estatuto de um território interconectado. Foi o primeiro conflito que envolveu, mais ou menos, quase todos os países europeus. Nunca até então tinham sido gastos numa guerra tantos recursos financeiros e materiais, nenhum conflito anterior tinha reclamado tantas vítimas (...). De forma significativa, o periódico mais popular (...) que publicava os relatos dos eventos militares recentes era chamado *THEATRUM EUROPEAUM*». Kroch (2006), p. 67 (tradução nossa; itálicos no original).
- ¹² Tradução nossa.
- ¹³ Tomámos este tema uma vez que a moeda se apresenta há muito tempo como um símbolo tangível de um género de identidade comum ao mesmo que tempo que é um símbolo de soberania. Aqui, pareceu-nos ainda relevante no contexto mais amplo dos símbolos da União como meio para estabelecer, à semelhança do que ocorre com os estados-nação, uma “comunidade imaginada” através de um conjunto de símbolos e tradições. Falamos, portanto, de uma política intencional para a promoção desse sentimento de pertença. (Silveirinha, 2006; Fornäs, 2006).

- ¹⁴ Itálicos no original.
- ¹⁵ Situação com muitas semelhanças é a que foi vivida por Espanha (o caso da adesão grega é bastante diferente), e um bom resumo da mesma pode ser visto em Castañares e Juste (2005).
- ¹⁶ Disponível em: <http://www.ionline.pt/artigos/portugal/ipitagorica-quase-60-dos-inquiridos-nao-conhecem-nome-nenhum-eurodeputado-portugues> (consultado pela última vez a 15-03-2014); resultados detalhados em: http://www.ionline.pt/sites/default/files/sondagens_europa.pdf (consultado pela última vez a 15-03-2014).
- ¹⁷ Uma análise detalhada do comportamento da economia no pós-25 de Abril, em particular do mercado de trabalho português e da influência da adesão à CEE na economia do país pode ser vista em Lopes (2005); ou ainda em vários capítulos da obra de Ribeiro, Melo e Porto (orgs.) (2003).
- ¹⁸ Tradução nossa.
- ¹⁹ Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que Institui a Comunidade Europeia [2007] OJ C306/12. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2007:306:FULL:PT:PDF> (consultado pela última vez a 16/03/2014).
- ²⁰ Informação detalhada sobre as taxas de participação nas eleições europeias, quer por países quer no total, está disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/en/000cdcd9d4/Turnout-%281979-2009%29.html> (consultado pela última vez a 16/03/2014).
- ²¹ Note-se, todavia, que as taxas de participação nas eleições europeias, compilando os resultados de todos os países, até subiram, embora de forma muitíssimo ligeira (de 43% para 43,09%), e em 16 dos 28 países se registem diminuições da participação eleitoral. Informação detalhada sobre os resultados das eleições europeias de 2014 está disponível em: <http://www.results-elections2014.eu/en/turnout.html> (consultado pela última vez a 16/07/2014).
- ²² Informação detalhada sobre as taxas de participação nas eleições europeias, quer por concelhos, regiões, quer no total, está disponível em: <http://www.pordata.pt/Municipios/Taxa+de+abstencao+nas+eleicoes+para+o+Parlamento+Europeu-628> (consultado pela última vez a 16/03/2014).
- ²³ E, portanto, perdendo-se características como: «a não reciprocidade das concessões comerciais (baixa unilateral das tarifas do Norte), a concessão de preferências comerciais em benefício dos países mais pobres (muitas vezes identificados com os países africanos) e a associação dos beneficiários da cooperação à gestão de instituições comuns com base na parceria. Finalmente, ela [a CEE] singularizava-se pelo seu apoio às uniões regionais para criar conjuntos económicos viáveis e aumentar o seu poder de negociação no conjunto mundial». Coussy (2004), pp. 229-230.
- ²⁴ Especialistas em prospetiva têm salientado a dificuldade da União em ser protagonista na cena internacional, nomeadamente tendo em conta que a Europa continua a não conseguir encontrar interesses comuns sólidos que consiga definir e defender constantemente, mesmo em questões de política externa e segurança. Devendo, segundo a opinião de Grevi e Gnesotto (2008), operarem-se grandes mudanças tanto na Europa como na sua vizinhança nas próximas décadas, e com a perda de importância previsível da Europa (demográfica e económica) dos próximos anos, apenas a soberania europeia conseguirá acomodar a perda de importância de cada um dos estados individualmente considerados (Grevi e Gnesotto, 2008).